



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181354 - MG (2021/0231498-4)

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : ITAGIBA FERREIRA CORTES NETO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ROBERTO GOMES NOTARI E OUTRO(S) - SP273385  
JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406  
TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730  
MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE PATROCÍNIO - MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 17A VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP  
**INTERES.** : BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : GABRIEL JOSE DE ORLEANS E BRAGANÇA - SP282419  
TIAGO ÂNGELO DE LIMA - SP315459  
LAURA SANTOS MAIA VINAGRE MOCARZEL - SP444562

### DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por ITAGIBA FERREIRA CORTES NETO, produtor rural em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE PATROCÍNIO (MG) e o JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO (SP).

O suscitante relata que ajuizou pedido de recuperação judicial, tendo sido deferido pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Patrocínio no dia 7/6/2020.

Afirma que, a despeito do deferimento da recuperação judicial, o Juízo da 17ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo deferiu "o bloqueio de valores via Sisbajud tal como busca pelo sistema Renajud, tão somente ao argumento de que o prazo do stay period se esgotou" (fl. 4).

Alega que "é vedada a determinação de atos expropriatórios decorrente de crédito sujeito ao processo de Recuperação Judicial - como *in casu*" (fl. 7).

Defende a competência do Juízo em que tramita a recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio.

Postula, liminarmente, o reconhecimento da "competência do Juízo Recuperacional para medidas urgentes sobre o patrimônio do Suscitante, nos moldes da

jurisprudência desta C. Corte" (fl. 22).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/1945 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal.

O art. 6º, incisos II e III, da Lei n. 11.101/2005, com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020, reforça esse entendimento, porquanto determina que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Também estão sujeitas a esse Juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Mesmo em relação aos créditos não sujeitos à recuperação judicial, é competente o Juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, que será implementada mediante a cooperação jurisdicional. Isso é o que dispõe o art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/2005 com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005. 1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes. 2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC

101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010). 3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/06/2020). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 172.707/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 2/10/2020.)

Cumprе ressaltar que o Ministro Raul Araújo deferiu medida liminar em conflito de competência envolvendo recuperação judicial de produtor rural, destacando-se na fundamentação o seguinte trecho:

Ao menos em sede perfunctória revela-se caracterizado o conflito positivo de competência, pois o prosseguimento dos atos constritivos e expropriatórios contra os bens de propriedade do produtor rural que almeja a recuperação judicial, poderá causar danos insuscetíveis de reparação, tornando inócua eventual decisão favorável a ele a ser proferida pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso ou mesmo por esta Corte, após o manejo dos recursos apropriados.

Com efeito, a matéria, de grande relevância para o país, tem recebido grande atenção por parte do Superior Tribunal de Justiça, no qual tem ganhando relevo a tese defendida pelo suscitante no presente conflito de competência.

Nessa esteira, destaque-se que, no recente julgamento do Recurso Especial nº 1.800.032/MT, a eg. Quarta Turma desta Corte, elucidando a mesma questão do presente conflito, após intensos debates, por maioria, seguiu o voto vista deste ora Relator e adotou o entendimento de que o produtor rural está sempre em situação regular, esteja ou não inscrito no registro mercantil, podendo obter a recuperação judicial independentemente da data da inscrição, porque o efeito da sua inscrição opera *ex tunc*, diferentemente do empresário comum, que só pode obter a recuperação para atividades desenvolvidas a partir de sua inscrição, quando se regulariza (pois antes, se opera, o faz em situação irregular), tendo a inscrição para este, portanto, efeitos meramente *ex nunc*.

Desse modo, em juízo perfunctório típico dessa análise preliminar, é possível considerar, com base na documentação acostada ao autos, que a constrição de ativos do requerido, submetido à recuperação judicial, determinado pelo d. Juízo Suscitado, contraria o entendimento acima referido. Em vista do exposto, concedo parcialmente a tutela provisória requerida para determinar a suspensão da execução em evidência, no tocante à adoção de atos constritivos de bens e direitos do suscitante, ficando vedado o levantamento de quaisquer valores acaso constritos (CC n. 166.897/MT, rel. Min. Raul Araujo, DJE de 6/11/2019).

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão dos atos de constrição sobre os bens do suscitante.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão do Juízo suscitado, que determinou o prosseguimento da execução, com bloqueio *on line* (fl. 32).

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para suspender, até ulterior deliberação do relator, os atos executórios promovidos pelo Juízo de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo (SP), nos autos da ação de execução de título extrajudicial.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio (MG) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência